

FRONTEIRAS DA IDENTIDADE

O caso dos macaenses em Portugal e em Macau

Francisco Lima da Costa

Uma vida de escrita ensinou-me a desconfiar das palavras. As que parecem mais límpidas são muitas vezes as mais traidoras. Um destes falsos amigos é precisamente a palavra “identidade”. Acreditamos saber tudo o que ela quer dizer, e continuamos a confiar nela mesmo quando, insidiosamente, ela se põe a dizer o contrário. (Maalouf, 2002: 17)

Introdução

Como operam os processos de (re)construção identitária em contexto de globalização, e de que forma estes determinam e são determinados por estratégias de diferenciação e distinção que se apoiam em oportunidades emergentes das novas configurações globais? Este foi o cerne que norteou o estudo de caso dos macaenses *post-transição*.¹

Macau é, sem dúvida, um caso paradigmático: depois da retracção de fronteiras e consequente transição da soberania portuguesa para a soberania chinesa, como se comporta a (já minúscula) minoria de macaenses? Dilui-se, tendencialmente, no abraço com a República Popular da China? Enquista-se numa afirmação de “portugalidade” resistente? Ou segue uma via diferente, conjugando oportunidades de identificações particulares com as que decorrem das novas arquitecturas resultantes da globalização?

Relativamente ao conceito de macaense, optamos não estabelecer uma delimitação conceptual, pois considerámos que, se o fizéssemos, poderíamos estar a incorrer, igualmente, numa delimitação do objecto de estudo, o que poderia levar a excluir os elementos dinâmicos — que se geram nas “zonas cinzentas” de fronteira — que sempre fazem parte dos processos identitários. Partimos da ideia ampla de que macaenses seriam os indivíduos cuja matriz identitária implica uma múltipla referência, que inclui elementos da estrutura identitária de base portuguesa, chinesa e/ou indo-asiática, aqueles que é também comum designar como os “portugueses do oriente” (Cabral e Lourenço, 1993). Pretendemos desta forma excluir, numa primeira análise, os indivíduos que, sendo actualmente habitantes de Macau

1 Este artigo é uma súmula da tese de dissertação de mestrado *Fronteiras da Identidade: O Caso dos Macaenses em Portugal e em Macau*. Esta tese foi desenvolvida no âmbito de um projecto de investigação, intitulado *Macaenses os Últimos “Retornados” do Império Português: Os que Voltaram e os que Ficaram*, e foi financiado pela Fundação Jorge Álvares. O referido projecto desenvolveu-se no seio do SociNova/Migration (Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Universidade Nova de Lisboa).

— chineses —, não partilham o mesmo conjunto de marcadores identitários que caracterizam a população em análise. Estamos conscientes do facto de que as dinâmicas históricas se reflectem nas dinâmicas identitárias, alterando, em muitos casos, as fronteiras da sua própria definição. Assim, consideramos que a definição conceptual de uma identidade não é nunca completamente estável, antes é um processo que inclui e exclui das suas fronteiras elementos que antes podiam estar fora ou dentro destas. Consideramos que a discussão sobre o que são os macaenses hoje e quem é, ou não, elegível pode não ser a mesma dentro de um período de tempo historicamente relevante. Colocamos a hipótese de que as “fronteiras” do que hoje são os macaenses poderão, precisamente, estar a conhecer um desses processos de plasticidade em que as definições se alargam, incluindo novos elementos de identidade. Desta forma, optamos por uma delimitação estritamente operacional e subjectiva, ao invés de uma delimitação objectiva, que reduziria o alcance do estudo, não incluindo os espaços de intersecção — os limites de fronteira — que sempre estão presentes na construção identitária.²

Ao analisar os impactos da transição da soberania de Macau para a República Popular da China na (re)construção das identidades, visámos captar, através do estudo de alguns elementos de fronteira (como sejam a língua, os traços fenotípicos, a religião, entre outros), a dimensão estratégica e de afirmação de delimitações que emergem, tendo como protagonistas centrais as elites — pela via, particularmente, do movimento associativo — e, como respaldo de legitimação, a “comunidade” no seu todo — o que Anthony Smith (1997) designa por acção demótica.

Abordaremos a natureza estrutural e processual das identidades sociais, focalizando a utilização estratégica que é feita do “capital de identidade”, por parte dos principais protagonistas etnopolíticos, para usar uma expressão de Rogers Brubaker (2002).³

Acresce referir que este é um processo que decorre de uma (re)construção social e de etnicização dos referenciais identitários do “macaense” e da sua utilização, como “unidade primordial”, permitindo, assim, falar em “nome de todos os macaenses”, transformando aquilo que é heterogéneo, diferenciado e de contornos dificilmente delimitáveis, num grupo supostamente homogéneo e claramente identificável.

Este processo de “primordialização”, i. e., de naturalização e de essencialização de atributos identitários, como se estes fossem inatos, permite que se desenvolva um outro processo de apropriação putativa desses mesmos referenciais naturalizados, nomeadamente através dos pilares da língua e da história que estes incorporam assumindo “substância”.

Reflectiremos, também, sobre o processo de reificação dos atributos

2 Para uma discussão mais aprofundada sobre a definição relativa de macaense consultar Cabral e Lourenço (1993) e Cabral (2002).

3 Inspirado no conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu, o conceito de “capital de identidade” recorre também aos contributos de Michèle Lamont e Marcel Fournier — e à ideia de “capital de portugalidade” de João de Pina Cabral e Nelson Lourenço.

identitários e a forma como lhes é conferido, pela via da história, um dos seus mais significativos atributos: a perenidade.

Esses atributos de referência e diferenciação parecem fazer parte dos processos de construção das identidades sociais a diferentes escalas (micro, meso e macro), determinando e sendo determinados pela mesma lógica de estabelecimento de fronteiras de diferenciação.⁴ Consideramos que quando estes processos assumem carácter distintivo criam assimetrias e, conseqüentemente, uma luta pelo posicionamento na hierarquia social que assim se estabelece — traduzem, por isso, relações de poder.

Esperamos, a partir deste estudo de caso em que as fronteiras são redesenhadas, poder contribuir, numa perspectiva histórico-sociológica, para o debate em curso sobre as dimensões estratégicas dos processos de interidentificação em contextos históricos de mudança.

O império ultramarino português

A ideia de que o império ultramarino português prevaleceu sem interrupções e sem alterações por mais de quase meio milénio foi já suficientemente criticada por diversos autores (ver Clarence-Smith, 1985; e Valentim Alexandre, 2000), que mostraram como uma análise mais fina permite encontrar diferenças substanciais ao longo da história portuguesa.

Os impactos da história da expansão portuguesa em Macau fazem-se sentir de uma forma evidente em dois planos: o sociodemográfico e o político-administrativo.

No que concerne ao primeiro, é hoje admitido que a expansão portuguesa deve ser reportada, entre outros aspectos, ao contexto da prática da miscigenação (veja-se, por exemplo, Thomaz, 1998). As “políticas de povoamento” definidas por D. Manuel I e protagonizadas por Afonso de Albuquerque são disso um exemplo.⁵

Um elemento estrutural que induziu essas “políticas” terá tido a ver com o reduzido contingente populacional do séc. XVI, que “nunca excedeu, provavelmente, o milhão e um quarto” (Boxer, 2001: 64). Decorrente da opção de miscigenação, que já tinha antecedentes na colonização da costa ocidental de África, surgem novas categorias sociais e político-administrativas, — com diferentes ligações ao poder régio, como é o caso dos *casados* (que dependiam mais directamente da

4 Atributos de referência correspondem ao que Anne-Marie Thiesse chama, no contexto das identidades nacionais, de *check-list* identitário das nações, onde “os antepassados são identificados, a língua nacional é fixada, a história nacional escrita e ilustrada, a paisagem descrita e pintada, o folclore museografado, as músicas nacionais compostas” (2000: 222).

5 Cláudia Castelo, citando Orlando Ribeiro, refere-se a esta opção adoptada pelo monarca: “Logo no início da aventura dos ‘descobrimentos’, houve uma política régia de promoção da mestiçagem: ‘Sabe-se que D. Manuel deu a respeito de cruzamentos instruções precisas a Afonso de Albuquerque, que as cumpriu exactamente como desejava El-Rei, promovendo e encorajando os casamentos de Portugueses com mulheres da Índia, particularmente de Goa, onde, na época em que se enraza o nosso domínio, eles eram tão comuns que constituíam de certo modo a regra” (Castelo, 1999: 117).

estrutura formal da coroa) —, com inevitáveis repercussões nas dinâmicas sociais. Os *casados*, que “casavam na Índia e deixavam o serviço real” (Russell-Wood, 1998: 270), e os *arrenegados*, os *alevantados*, os *aventureiros*, desempenharam, embora diferenciados, importantes papéis no “povoamento” de diversos territórios do Oriente (Subrahmanyam, 1994).⁶

Acresce ainda um conjunto de outras categorias, nomeadamente as que eram compostas “por comerciantes e mercenários expeditos, aos quais, por vezes, era dado o nome de chatins ou, mais raramente, de solteiros” — termo mais ligado a Macau (Subrahmanyam, 1994: 17).

Serão pois estes *arrenegados*, *alevantados*, *aventureiros*, *casados* e *solteiros* que, para além dos mais experimentados comerciantes, mais tarde irão iniciar o estabelecimento em Macau. Russell-Wood refere que o papel destes comerciantes e negociantes, na criação de novos mercados e de condições de comércio, sobrelevam, à época, o do estado português (1998: 273).

Por outro lado, a existência prévia de estruturas civilizacionais obrigou os portugueses a adoptarem diferentes formas de se integrarem nas realidades socioeconómicas, políticas e militares existentes e, face a cada situação, a “improvisar” soluções, constituindo o que Subrahmanyam (1994: 14) define como “império sombra”.

A fórmula de Macau são os macaenses

Na historiografia recente de Macau consagrou-se o termo de “fórmula de Macau” (Fok, 1997) para explicar aquilo que ainda hoje é motivo de admiração: a permanência dos portugueses em território chinês por mais de quatro séculos. Aquilo que nos interessa aqui explorar é como é que os macaenses deram sentido e corpo a essa fórmula.

Podemos considerar que uma das características do estabelecimento dos portugueses em Macau foi que se tratou de uma “iniciativa privada”, protagonizada sobretudo por estas novas categorias sociais que emergiram nos primórdios da expansão marítima portuguesa.

Este mesmo facto coloca desde logo o problema da legitimidade: como estabelecer a relação entre a “iniciativa privada” e a necessidade do respaldo institucional de estado, sem o qual o poder negocial dos macaenses estaria inevitavelmente comprometido? Por outro lado, como manter o controlo privado do território sem que o poder institucional do rei se lhe substituísse?

Vejam os pois alguns elementos relativos à história de Macau, focalizando a forma como a historiografia macaense reflecte as “lutas” pela afirmação da legitimidade do estabelecimento e posteriormente a legitimidade da soberania sobre o território.

6 “O termo *casados* aplicava-se a pessoas portuguesas de nascença que tinham partido para a Índia e deixavam o serviço real. (...) As características dos dirigentes desta classe eram a riqueza, a independência, técnicas de negociação sofisticadas e o acesso a uma rede de poderosos contactos portugueses e indígenas.” (Russell-Wood, 1998: 271)

Até recentemente, era corrente na historiografia de Macau a ideia de que o poder central do Império do Meio não tinha tido conhecimento, ou só o teve bastante mais tarde, da instalação dos portugueses em Macau, e que essa instalação se ficou a dever exclusivamente à acção do poder provincial local (Ping, 2002; e Ping e Zhiliang, 2003).

Os historiadores chineses Jin Guo Ping e Wu Zhiliang avançam com novas investigações que, suportando a tese da “fórmula de Macau”, a enquadram numa estratégia política que emana do poder central, isto é, do próprio imperador. Até à apresentação do presente artigo sobre a temática da instalação dos portugueses em Macau, a historiografia foi fornecendo diversas versões desta, que iam desde a compra ao aluguer, passando pela oferta e/ou suborno como forma de obter a autorização e/ou o direito de se instalar no território. Todas estas formas excluía qualquer estratégia do poder central do Imperador. As diferentes interpretações históricas da instalação dos portugueses em Macau suportavam-se em argumentos que representavam visões diferentes da historiografia de Macau que, para além do mais, discutiam factos históricos que “mexiam” — e ainda “mexem” — com as histórias e identidades nacionais portuguesa e chinesa.

A questão do estabelecimento dos portugueses em Macau é pois ainda motivo de investigações por parte da historiografia portuguesa, macaense e chinesa. A questão da soberania portuguesa sobre Macau é um assunto que, surgindo mais tarde, também não é consensual. Esta temática terá sido pela primeira vez trazida à colação por um autor sueco: Andrew Ljungstedt, em 1832 (Zhiliang, 1999: 5).

Wu Zhiliang (1999: 5) refere-se a este acontecimento da seguinte forma: “Em 1832, o sueco Andrew Ljungstedt, deu à estampa em Macau a sua obra *Contribution to the Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China*, que conheceu uma edição aumentada e melhorada com o título de *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China*, publicada em 1836 em Boston. Esta publicação, baseada em arquivos portugueses e factos históricos, pôs em causa a soberania portuguesa sobre Macau e provocou, pela parte dos portugueses, uma demanda das provas da soberania portuguesa sobre Macau, facto que, de uma forma indirecta, promoveu o desenvolvimento dos estudos historiográficos sobre Macau”.

De qualquer das formas, a partir daqui não mais se conseguiu provar ou comprovar qual o acontecimento que esteve na base da fixação dos portugueses em Macau.

Mas, na verdade, a historiografia de Macau assenta, em grande parte, no estudo da afirmação dos poderes que têm expressão neste tabuleiro: as diplomacias chinesa e portuguesa, às quais se vão acrescentando uma diplomacia local macaense e, mais tarde, a diplomacia britânica.

Não deixamos no entanto de ler nas entrelinhas os processos de afirmação nacionalista subjacentes à reescrita da história. A historiografia de Macau foi, como noutros casos, factor também de afirmação nacionalista, nomeadamente pela parte de Portugal e da China.

É de notar, para além disso, o grande aumento da produção historiográfica recente que discute as origens étnicas dos macaenses — sendo uma das questões magnas a de saber se estes se miscigenaram com os chineses, ou não.

Destacam-se duas posições polares: de um lado os que afirmavam que a miscigenação dos macaenses se tinha dado sobretudo com outras “raças” que não a chinesa,⁷ e, do outro, os que defendem que a miscigenação com os chineses foi uma constante ao longo da história de Macau, com incidência verificável a partir dos séculos XVI e XVII.⁸

No que concerne à história da instalação dos portugueses em Macau, é comumente aceite o ano de 1557 como ano formal da instalação. No entanto a historiografia moderna tem trazido contributos importantes que podem apontar para datas anteriores. A interpretação oficial da história da instalação dos portugueses ainda se refere, por exemplo, à ideia de que o suborno foi a forma encontrada para se instalarem em Macau. Novos dados são trazidos a lume e as investigações continuam, quer do lado dos historiadores portugueses quer do lado dos historiadores chineses — quer, ainda, de historiadores de outras nacionalidades. A inexistência de uma confirmação factual (as famosas chapas imperiais) é um elemento de discussão muito comum na historiografia macaense.⁹ As investigações continuam a avançar, concentrando-se em fontes documentais primárias que eventualmente possam existir, em particular em Portugal, na China, na Itália (por via do Vaticano — concessão do padroado português do oriente), ainda em Espanha, por via da união das coroas, durante o período de 1580 a 1640.

O ano de 1513 marca a chegada oficial dos portugueses à China; o nome do português que ficará para a história associado a este feito é Jorge Álvares. Logo depois desta primeira embaixada o processo de expansão dos portugueses pelo Oriente foi marcado por duas correntes: de um lado a Coroa portuguesa e de outro a iniciativa privada. O historiador Jorge Alves (2000) estabelece uma distinção entre estas duas forças, introduzindo ainda uma terceira, que terá desenvolvido um papel importantíssimo em toda a zona e em particular em Macau: os jesuítas.

Ao mesmo tempo que o Leal Senado ganhava autonomia surge uma nova ameaça à “soberania portuguesa” em Macau, vinda da Espanha uns anos após a união dinástica.

Este teria sido um dos momentos de maior importância para a consolidação e afirmação da “portugalidade” no território.¹⁰

Apesar de as providências régias terem iniciado uma política de cariz colonial, é só a partir das reformas de 1843, em Portugal, que a afirmação de Macau como colónia se estabelece verdadeiramente. Estas reformas deram origem, no ano seguinte, ao Governo Provincial de Macau, retirando ao Leal Senado a sua autonomia política. A nomeação de Ferreira do Amaral como Governador de Macau marcaria o início de uma política verdadeiramente colonialista — facto que lhe custaria a vida.

7 Conforme defendeu Ana Maria Amaro (1994), bem como outros autores que defendiam que os macaenses não se tinham misturado com os chineses.

8 Conforme defendeu mons. Manuel Teixeira (1994) e outros autores que contestavam a anterior postura.

9 Até ao momento parece não haver rastros da sua existência.

10 Adoptamos o termo portugalidade do conceito de “capital de portugalidade”, desenvolvido por João de Pina Cabral e Nelson Lourenço (1993: 61-62).

A afirmação unilateral da soberania portuguesa será mais tarde discutida no Tratado de Amizade Portugal-China. Ao longo dos tempos viriam a colocar-se novos problemas. Referimos alguns mais próximos, nomeadamente os conflitos dos anos 1952 (conflito armado da Porta do Cerco), 1955 (celebrações do 4.º centenário do estabelecimento dos portugueses em Macau) e 1966, com os acontecimentos conhecidos pela designação de “um dois três”.

A história recente de Macau encontra-se relativamente bem documentada e é um processo que não oferece muitas dúvidas. Por um lado, Portugal estava disponível para proceder à descolonização após 1974 e incluir Macau nesse rol; por outro, a China opunha-se (como já o havia feito perante a eventualidade de incluir Macau no âmbito de um processo de descolonização, visto que não se tratava, para a China, de uma colónia) e pretendia tratar da questão de Macau em conjunto com os restantes territórios, Hong-Kong e Taiwan.

Depois de várias rondas negociais a declaração conjunta foi ratificada e entrou em vigor a 15 de Janeiro de 1988, marcando definitivamente o destino do território. Diversos foram os impactos desta decisão, designadamente quanto às opções de permanecer ou não num território que iria deixar de ser português, que iria determinar a alteração das identidades formais, que iria fazer com que os macaenses portugueses se tornassem estrangeiros na sua própria terra.

Macau foi ao longo dos tempos uma referência portuguesa, foi um território aforado durante séculos, uma colónia ultramarina, depois província, depois território sob administração portuguesa. Por fim, e diferentemente de todas as possessões ultramarinas portuguesas que deram origem a novas nações (com o último caso, o de Timor), Macau seria uma excepção pois não originaria nenhuma outra nação.

Macau foi, após 20 de Dezembro de 1999, “reintegrado” na China. Como sentem os macaenses esta realidade? Que opções decidiram tomar? Como se reflecte esta nova realidade nas suas vidas quotidianas? E nas suas identificações subjectivas? Quais os elementos que melhor caracterizam a pertença identitária dos macaenses? Como se integraram nessas diferentes realidades? Estas são algumas das questões que merecem ser respondidas e são algumas destas questões que iremos abordar.

Enquadramento metodológico

Este é um trabalho comparativo sobre os macaenses em Portugal e em Macau. Para o efeito, e em simultâneo com a recolha bibliográfica específica, procedeu-se a uma recolha de informação documental e estatística com vista a definir os limites operacionais do estudo, designadamente, no que concerne à definição objectiva da população-alvo.

Para efeitos operacionais, considerámos que os indivíduos a inquirir seriam os que, depois da assinatura da declaração conjunta entre Portugal e a China, decidiram, após a transmissão do território de Macau para a China (1999), permanecer em Macau e os que entretanto decidiram “retornar” a Portugal.

A opção operacional pela identidade subjectiva tem uma dupla vantagem. Permite, por um lado, “construir”, através da análise de conteúdo, o discurso identitário dos entrevistados e, por outro, evitar uma delimitação muito rígida das “fronteiras identitárias” dos macaenses, o que poderia contribuir, precisamente, para a reificação e “naturalização” de uma categoria que poderia limitar a apreensão da natureza fluida, plástica e construída que são os processos identitários.¹¹

Foram seleccionados só os que se considerassem a si próprios como macaenses (identidade subjectiva), independentemente da nacionalidade (portuguesa ou dupla), dos traços fenotípicos (europeus, euro-asiáticos ou outros) e de residirem permanentemente, ou não, em Macau.¹²

O corpo de hipóteses que orientou a recolha e a análise dos dados da pesquisa empírica pressupõe a natureza contextual e processual das identidades. Consideramos que o discurso sobre a “comunidade” macaense mobiliza, de acordo com novas realidades objectivas e formais, os elementos que em determinado contexto melhor podem defender e afirmar essa mesma identidade.

Consideramos que a “comunidade macaense”, em particular através dos actores que já designámos de protagonistas etnopolíticos (Brubaker, 2002), tenderá a adaptar-se às novas realidades objectivas e formais, alterando os limites do discurso da identidade, no sentido de marcar uma diferenciação que a distinga dos “outros”, os não macaenses, pois só desta forma é possível estabelecer a sua identidade como um capital que pode ser elemento de negociação. Um dos nossos entrevistados reflecte, projectando no espaço da lusofonia, esta dimensão estratégica:

Nós podemos ser a tal pontezinha entre a China e o resto do mundo Lusófono. (...) E nós temos um valor, nós representamos um valor para a China e para Macau. (...) Não digo muita gente, mas algumas pessoas aqui de Macau, que por acaso ocupam alguma posição importante a nível de direcção dos serviços de Macau, estudaram, cresceram, viveram juntos, moços mistos da Guiné, S. Tomé, Moçambique e de Angola, é só pegar num telefone, vamos para lá. (...) Já há segunda e terceira gerações aqui em Macau, que cresceram com segunda ou terceira gerações desses dirigentes dos Palop (...) Para já nós temos aqui alguma, nós somos menos, temos o relacionamento mais fácil à partida com essas pessoas, depois com a língua, com, com, com, com, com, conhecimentos pessoais, nós representamos aquelas mais-valia que os “chinos” ultramarinos representaram na abertura da China. Quando a China começou-se a abrir apoiou-se muito nos “chinos” ultramarinos, os compatriotas de Macau e Hong Kong e depois os outros, nós podíamos também de certa maneira representar esta valia para a China e para Macau, mas é preciso que a gente saiba e reconheça e aproveite esta mais valia,

11 Não nos interessa delimitar mas sim perceber por que razão se delimita (Dimaggio, 1997). Interessa-nos perceber como as representações sociais sobre o que é ser macaense são interpretadas e difundidas e como através deste processo se constituem como estereótipos identitários passíveis de instrumentalização (Brubaker, 2002; e Brubaker e outros, 2004).

12 A recolha de informação no terreno foi desenvolvida durante o ano 2002. Optámos pela realização de 50 entrevistas a cada uma das amostras — em Portugal e em Macau —, num total de 100 entrevistas. A análise de conteúdo categorial foi realizada recorrendo ao programa informático de análise qualitativa ATLAS.TI.

(...) manter e fortificar assim esta nossa identidade, que é importante manter. (...) Cá da nossa parte a gente tem que se afirmar. (...) Tem que saber manter isso, tem que saber aproveitar isto. E o esforço conjunto dessas três partes, penso que definirá a identidade, ou vai ter mais energia. Oxalá que depois continue eternamente. (E21: 309: 377)

Dado tratar-se de um processo dinâmico, considerámos que os referenciais identitários tenderão a alterar-se e a configurar novas pertenças, com vista a afirmar a diferença num contexto de relações de poder em mudança.

Não havendo um novo estado nacional, o discurso da distinção assenta em factores étnicos e culturais — como a língua, a religião, a gastronomia, por exemplo, cuja afirmação é mais maleável do que a de um discurso de carácter nacionalista, embora partilhando com este importantes espaços de sobreposição.

Neste contexto, o conceito de etnonação de Anthony Smith parece ser útil para perceber a estruturação, que consideramos estar ainda em curso, de um discurso de afirmação estratégica no sentido do enquadramento no espaço transnacional da lusofonia.¹³ Esta característica funcionou como uma “mais-valia da comunidade” e simultaneamente como factor legitimador da política “um país, dois sistemas”.¹⁴ Trata-se de uma dupla legitimação, que supõe uma interdependência entre a existência dos macaenses e o “segundo sistema” — um não pode existir sem o outro. Um, de entre vários dos nossos entrevistados que sustentam esta ideia, refere-se a essa dimensão política de sustentação do “segundo sistema” da seguinte forma:

É muito importante que exista essa identidade [macaense], quer porque a sua riqueza merece... o seu valor histórico, quer também porque é um traço fundamental para a sobrevivência dessa comunidade e em termos políticos é o significante do segundo sistema... (ME8: 601: 603)

Dinâmicas de identidade: o espaço da estratégia

Constatámos que, na maioria dos indicadores, se verifica uma grande aproximação nos valores das frequências observadas em Portugal e em Macau, o que revela desde logo uma aproximação entre a forma como uns e outros se posicionam relativamente a alguns marcadores identitários. Este facto atesta a existência de uma homogeneidade quanto a elementos que não são alvo de discussão, tal como a

13 Sem pretender atribuir um carácter nacionalista ao processo de afirmação da identidade macaense, a utilização deste conceito de etnonação permite englobar dois elementos importantes. Por um lado, a referência à identidade étnica e, por outro, à ideia de um corpo organizado que, não sendo uma nação por não ter um território, se projecta, na impossibilidade de se verem projectados na CPLP uma vez que tal só é possível para estados autónomos, como uma entidade autónoma no espaço da lusofonia.

14 Sobre o conceito de “um país, dois sistemas” consultar, por exemplo, Guoqiang (1999).

importância da língua portuguesa, da gastronomia ou da religião católica, elementos que estão presentes nas duas amostras.

Não menos interessante, e apesar da confluência referida, é o facto de existirem alguns itens onde se verifica uma diferenciação interna — assente na variação territorial entre os macaenses que estão em Portugal e os que estão em Macau —, por exemplo, relativamente à utilização estratégica da língua no espaço da lusofonia como elemento de distinção. Em Macau registámos 21 referências à lusofonia como elemento de distinção e em Portugal somente duas. Este facto reflecte diferentes apostas estratégicas conjunturais das comunidades, em Macau e em Portugal. A valorização da língua portuguesa em Macau é associada, conforme constatámos, a uma posição charneira que ocupam em virtude da inserção no “espaço da lusofonia”, i. e., dos países de expressão portuguesa. Atentemos no seguinte trecho de um dos entrevistados em Macau.

Bem, Macau têm de facto uma identidade própria (...) quer dizer marca precisamente por causa da ligação com o passado em termos da história, em termos da cultura e em termos também duma cultura que é diferente doutras regiões doutros países, porque a cultura aqui é uma cultura muito específica, muito própria, talvez daí, há uma mistura, o encontro de duas culturas (...) e tudo leva a crer que vai ser ainda reforçada neste projecto aqui do governo de estabelecer uma relação cultural e comercial a nível de ministérios nos países lusófonos (...) que Macau tenha essas condições e os países lusófonos que como Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde, Guiné são países de língua portuguesa por desenvolver são países com grandes recursos... (ME15: 171: 188)

Identidade étnica e etnonação?

Segundo Cabral e Lourenço, um dos sentimentos que predominava antes da transição era o da sensação de abandono (1993: 25). Cremos que neste momento o sentimento que domina é o da afirmação da identidade macaense. Justifica-o o receio de que esta desapareça, diluindo-se noutras identidades de enquadramento — em Macau e nos países da diáspora. A reduzida expressão demográfica da comunidade e a sua dispersão, aliadas ao facto de se tratar de uma pequena minoria no seu próprio local de origem (Macau), são alguns dos aspectos que estão presentes nas preocupações dos macaenses, conforme nos atesta o seguinte testemunho quando se refere ao perigo de diluição identitária.

... corre esse perigo sim, corre esse perigo, esse perigo existe mas... enfim, enquanto houverem [sic] instituições ligadas a macaenses, que eram de lá e que são geridas por pessoas que lá ficaram, enquanto essas instituições permanecerem, obviamente que isso vai tentar manter e unir a identidade macaense, aquela identidade macaense que eu digo... identidade de raiz cultural portuguesa, eu não falo em identidade de pessoa no sentido lato que nasceu em Macau, estamos a falar daquela comunidade pequena, restrita na qual eu pertença e que corre o risco, de facto, de se diluir um bocadinho e se perder, corre de facto esse risco mas, espero bem, que as instituições

que ficaram em Macau e que estão ligadas aos macaenses, sirvam de pólo de aglutinação e que essa identidade não se perca... mas corre o risco. (PE1: 299: 309)

A afirmação dos valores e dos marcadores identitários, através, por exemplo, da acção associativa que recupera, reconstrói e delimita os elementos de diferenciação relativamente à grande maioria chinesa, consubstancia uma estratégia evidente, que evolui em função das condições contextuais. É o caso, por exemplo, da recuperação de uma língua que têm como própria, o patuá, ou ainda da realização de eventos diversos — de carácter religioso, histórico e cultural — que têm como objectivo unir e, racionalmente, incorporar e institucionalizar os elementos distintivos dos macaenses.

No que se refere ao patuá, verificamos que se trata de um processo de recuperação de um dos elementos da identidade étnica macaense, que se inscreve num processo de afirmação e diferenciação relativamente à etnia chinesa presente em Macau. Conforme refere Smith, na análise dos processos adoptados pelo que designa como etnias “verticais”, a recuperação do património étnico funciona como uma “campanha de comunicação e de socialização de novas gerações em relação à etno-história redescoberta e à língua ressuscitada da comunidade” (1997: 88-90). Esta recuperação do patuá como língua própria dos macaenses inscreve-se precisamente nesse tipo de processo de afirmação, sendo uma espécie de fronteira étnica que assegura a unidade da identidade macaense. Vejamos o seguinte exemplo que ilustra este processo:

... não creio... agora que fala nisso, é engraçado, que o macaense agora sente-se mais macaense do que antes... antes sentia-se português... mas agora fala-se mais no macaense... por exemplo o Patuá, que tinha desaparecido, que era considerado pelos portugueses como uma língua de trapos, começou a ser tratada como uma língua própria, com categoria até científica... (ME18: 593: 596)

Poderíamos dizer que a afirmação da identidade é negociação de uma leitura de diferenciação local que permite reivindicar um posicionamento particular na estrutura social e política do território de Macau e no contexto do regime de “um país, dois sistemas”.

A identidade é assim assumida como um recurso que se mobiliza quando é necessário estabelecer demarcações, visando um efeito performativo: através da interpretação da estrutura social, eventualmente negociar um posicionamento particular na mesma. A ideia de capital de identidade é pois mais abrangente que a de capital cultural ou de capital social e aplica-se à negociação no quadro de uma estrutura de oportunidades que evolui (Kastoryano, 2002)

Falar de capital de identidade implica necessariamente identificar os seus elementos distintivos, aqueles que se “naturalizam”, que se cristalizam e servem de referência indentitária. Qualquer identidade assenta em factores de distinção relativamente aos “outros”, por um lado, e por outro, resulta do processo de “primordialização”, i.e., de essencialização de que são alvo. Da análise descritiva pudemos elencar um conjunto de elementos que os nossos entrevistados consideram ser um

reflexo do que é ser macaense. O papel que as elites desempenham neste processo é vital, pois são estas que racionalizam, ecoam e legitimam os diferentes discursos de pertença que se vão sucedendo.

O caso dos macaenses reflecte esse processo de distinção. Operando numa dinâmica demótica e instrumentalista (Smith, 1997), a identidade étnica dos macaenses constrói-se, destrói-se e modifica-se, num processo de essencialização que, ao sabor dos interesses estratégicos da comunidade, e das possibilidades de negociação entreabertas com o regime “um país, dois sistemas”, se vai constituindo.¹⁵

A identidade não sai do nada, ela pode ser criada mas tem de ter uma substância que lhe dê sentido, daí elementos como a história, os mitos e as memórias partilhados, por exemplo, serem vitais para a construção e a afirmação identitárias — e da diferença. As identidades que se constroem por referência a um processo de hibridação matricial não fogem à regra. O caso dos macaenses, julgamos nós, é paradigmático.

As principais dimensões em que a diferenciação se opera são a língua, a ascendência, a gastronomia, a religião (católica), uma “cultura própria” e referenciais históricos e territoriais específicos.

Um dos marcadores da identidade macaense é a língua — ou melhor, as línguas. Neste campo a tripla referenciação é apresentada como característica da comunidade, valorizando o seu hibridismo como forma de diferenciação identitária em relação ao português, e integrando o chinês e o inglês, constituindo, assim, “um terceiro espaço de enunciação” (Bhabha). Se bem que a língua portuguesa tenha sido a língua veicular dominante, a forma como a relação com as diferentes línguas (português, chinês e inglês) tem evoluído permite constatar como novos contributos linguísticos são integrados na expressão quotidiana dos macaenses, em particular dos que ficaram em Macau.

Pudemos constatar que existe uma forte afinidade identitária com a língua portuguesa; mas também existe afinidade com a língua chinesa. À primeira, contudo, está associada uma pertença identitária à nacionalidade portuguesa, que estelece a diferença relativamente aos “outros”, os chineses.

Sendo volúveis e etéreas, as identidades são dinâmicas e manifestam-se de uma forma sincrónica e diacrónica, pelo que é possível, num mesmo conjunto de indivíduos, registar diferentes discursos que resultam da acção da socialização e da aculturação aos valores emergentes das dinâmicas da mudança social.¹⁶ Isto verifica-se designadamente no que concerne à postura dos macaenses relativamente à língua chinesa.

15 João de Pina Cabral reflecte sobre esta mesma questão, concluindo: “... O macaense é constantemente confrontado com o ‘embarço dos limites’ ao qual Goffman se refere (1963: 148). (...) Para os habitantes de Macau, 1999 representou uma violenta alteração nas suas condições de vida, aos níveis político, económico e cultural. Não são unicamente as disposições pessoais relativamente às relações interétnicas que se alteram, é também o próprio enquadramento das diferenciações étnicas que, à medida que as gerações passam, assume lentamente uma nova forma.” (Cabral, 2002: 157)

16 Conforme referem Cabral e Lourenço, “a etnicidade tem de ser vista como um projecto — algo que está em constante construção e realização. Cada geração constrói a sua identidade étnica por referência à conjuntura que cria.” (1993: 75)

Historicamente, um dos momentos que marcam o início de uma alteração relativamente, entre outros aspectos, à língua é o conflito de 1966-67, que determina o fim do que se pode referir como período colonial português de Macau. Mas mais importante ainda é, precisamente, o processo de transição do território para a soberania chinesa e a necessidade associada de alterar a postura da comunidade relativamente à importância da língua chinesa, que agora se tornou, a par com a língua portuguesa pelo período de mais 50 anos após a data da transição, uma língua veicular, se não mesmo a língua veicular que é usada pela maioria chinesa agora no poder.

Ainda associada ao processo de transição, encontramos, conforme referido atrás, a recuperação de uma língua “própria dos macaenses”, o patuá, que tinha caído em desuso como língua e elemento de distinção. Esta situação está longe de ser espontânea, sendo antes resultado de um esforço consciente das instituições de representação dos macaenses, i.e., as associações.¹⁷

Paralelamente, verifica-se actualmente, no quotidiano dos macaenses que ficaram em Macau, a existência e utilização de um “crioulo moderno”, de um “hibridismo linguístico” baseado em três línguas: o português, o chinês e o inglês. Este é um processo incremental, não planeado, e que decorre da adaptação a dinâmicas comerciais e políticas que solicitam o território macaense.

Tal demonstra existir um desfasamento entre as dinâmicas demóticas e instrumentalistas, isto é, entre o que o se produz putativamente como elemento de identidade — o hibridismo linguístico — e aquilo que é alvo de instrumentalização pelas elites — o patuá como língua dos macaenses.

Brubaker (2002) refere-se a este tipo de desfasamento em que a mobilização da etnicidade, do nacionalismo ou do racionalismo, ou de outras categorias de identidade social, não encontram expressão nas elites, ou inversamente, não encontram expressão demótica.¹⁸

Mas o mesmo já não pode ser dito relativamente à criação de laços ou canais de afirmação dos macaenses no “espaço da lusofonia”. Isto é evidente nos esforços realizados pelas instituições de representação dos macaenses e pelas instituições governamentais. Aqui trata-se de um processo de criação de um espaço de projecção que coloca em evidência o facto de a comunidade dominar o português e de isso poder ser um elemento estratégico importante para a afirmação de um papel

17 De referir que, de acordo com a pesquisa empírica, a dinâmica associativa em Macau é muito superior àquela que observámos em Portugal. Registámos referências a mais de duas dezenas de associações em Macau, apesar de existirem muitas mais (ver Santos e Gomes, 1998), ao passo que em Portugal só existe uma: a Casa de Macau. O fenómeno associativo em Macau mereceria um estudo mais aprofundado, atendendo aos paralelismos verificados em alguns aspectos com o modelo associativo chinês em contexto migratório (ver Costa, 2002).

18 Para mais detalhes sobre estes processos, ver por exemplo a análise, na Roménia, numa cidade da Transilvânia, do caso das categorias “romenos” e “húngaros” (Brubaker, 2002: 177-185). Neste exemplo, defende o autor, não existe *tout court* uma correspondência entre as dinâmicas demóticas e verticais, para usar expressões de Anthony Smith (1997). Neste caso, apesar da intensa acção das elites no sentido da demarcação étnica, a acção de cristalização e de formação de grupos étnicos — e de conflitos étnicos — não aconteceu.

especial para Macau e os macaenses. Não se trata tanto de uma questão de identidade, mas sim de valorização de um dos marcadores que lhe são inerentes. Esse discurso passa depois para a restante comunidade, sendo incorporado como uma vantagem e uma diferença que só os macaenses possuem. Conforme já referido, verifica-se uma valorização muito mais expressiva na amostra de Macau em comparação com a de Portugal.

Mas esse tipo de posicionamento estratégico de acordo como os diferentes contextos ocorre, também, na valorização da componente hereditária portuguesa, mais valorizada pela amostra de Macau do que pela de Portugal.

Na mesma linha, ainda, a componente de valorização da “cultura” chinesa é maior na amostra de Macau (61 referências) do que na amostra de Portugal (com somente 21 referências). Assim, constatamos que a fixação das fronteiras de identidade corresponde a estratégias que podem ser mais ou menos circunstanciais, reflectindo o interesse que pode existir da parte do colectivo ou de uma parte do mesmo em afirmar a sua especificidade.¹⁹

O mesmo tipo de desfasamento parece ser evidente na relação estabelecida entre as ascendências. Se bem que a mais valorizada pelos entrevistados seja a portuguesa (do ponto de vista formal a nacionalidade é predominantemente portuguesa), é um facto que os macaenses têm também antepassados chineses e, igualmente, indo-asiáticos, facto que é por vezes usado para justificar a existência de traços fenotípicos não europeus, numa estratégia de diferenciação relativamente à etnia chinesa. Mas também aqui a alteração das circunstâncias produz uma alteração na delimitação das fronteiras que determinam a pertença étnica, uma vez que, de acordo com alguns discursos, a ascendência chinesa é, cada vez mais, considerada como parte integrante da identidade macaense.²⁰

Consideramos que, da mesma forma que a língua, o “hibridismo genético” constitui-se como um dos marcadores de identidade dos macaenses, permitindo estabelecer estrategicamente — umas vezes por referência ao capital de “portugalidade”,²¹ outras por referência à composição multicultural e universal dos macaenses — a diferenciação. Voltaremos a este aspecto mais adiante.

No que se refere à gastronomia, constatamos que se trata de um elemento para a caracterização do qual é convocada a confluência de diversos contributos gastronómicos, donde resultaria uma forma culinária “híbrida”, própria desta

19 Existe pois uma diferença estratégica na forma como o capital de identidade é valorizado em diferentes contextos, o que nos remete, da mesma forma que João de Pina Cabral e Nelson Lourenço (1993: 25), para o que podemos designar de “natureza contextual das identidades”.

20 No caso das nossas amostras constatámos que a ascendência híbrida é a mais frequente. De notar, aliás, que nenhum entrevistado é unicamente de ascendência portuguesa exclusiva. Ao passo que tal pôde ser constatado no que se refere à ascendência chinesa.

21 De acordo com João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, que desenvolveram o referido conceito, tratava-se de um capital de identidade europeia que “(...) Representava uma maior probabilidade de obtenção de emprego na administração em Macau e, em Hong Kong, melhores oportunidades de não ser identificado com a comunidade chinesa e, por conseguinte, de evitar o tipo de limitações ao movimento e à promoção social que essa identificação comportava.” (1993: 61-62)

comunidade e que se consubstancia como elemento de diferenciação. Os discursos sobre a gastronomia macaense reflectem um processo de racionalização em torno do qual se incorporam os diferentes “contributos” culinários de outros quadrantes, nomeadamente portugueses, indo-asiáticos e chineses.

... através da culinária, e que gosto de dizer que actualmente a cultura macaense tem uma vertente muito diferente das outras comunidades, da chinesa, é na própria culinária. A culinária macaense é totalmente uma mistura de várias culinárias, nomeadamente a culinária portuguesa como base, mas sofrendo muitas alterações com os condimentos que vieram dessas colónias... e aumentaram a diversidade na culinária macaense... (ME19: 99: 103)

De destacar que a gastronomia macaense é também uma imagem de marca do território, funcionando como produto turístico que assim essencializa este atributo identitário e o projecta como elemento de prova da existência da diferença.

À semelhança dos marcadores identitários já referidos, a religião apresenta-se como factor distintivo e reflecte uma forte uniformidade dentro das comunidades macaenses em Portugal e em Macau. Não existem dúvidas que a comunidade macaense se revê num discurso de inscrição católica. Não deixa de transparecer, contudo, um certo sincretismo relativamente às outras formas de expressão religiosa, convivendo as expressões religiosas católicas, através das festas de calendário religioso, e as expressões de cariz oriental, através das festas de calendário chinês e da referência a religiões orientais, designadamente o budismo.

No entanto, defende um conhecedor da realidade macaense, mons. Manuel Teixeira, que a religião é um “cimento” da comunidade macaense. Pese embora o facto de se tratar de um sacerdote católico, é de considerar que actualmente a religião católica ainda tem uma expressão significativa, embora minoritária, em espaços como Macau, Malaca ou Goa, podendo de facto ser um instrumento de afirmação de identidade:

Em Malaca, os malaquenses, chamados portugueses, mantiveram-se pela religião, têm igreja portuguesa, sermões em português, confissões em português... tudo em português. Foi a religião que os uniu... em Macau há-de ser... ..a santa igreja, não é? As missas são em português, confissões em português, a pregação em português... (entrevista de 12.10.02)

Relativamente à “cultura”, estamos inegavelmente perante três grandes tendências:

- um alinhamento com, e valorização clara da “cultura” portuguesa, fortemente relacionado com a afirmação da diferença e do alinhamento na matriz portuguesa;
- uma inscrição na “cultura” chinesa, que se manifesta numa óptica de integração num espaço de dominante chinesa;
- a ideia unânime de que os macaenses reflectem, e deles resulta, “um terceiro

espaço de enunciação”, uma “terceira via”, i. e., uma cultura híbrida, a cultura macaense, que seria uma manifestação *sui generis*.²²

Constatámos que esta “posição” serve, umas vezes, o propósito de distanciamento relativamente aos “pólos culturais de base”, chinês e português e, outras vezes, de aproximação a esses mesmos pólos, construindo-se o processo de uma forma contextual e estratégica, em função dos elementos que se pretende valorizar ou desvalorizar. Trata-se da construção de um espaço de afirmação identitária que, servindo propósitos estratégicos e contextuais (ou situacionistas), permite “jogar em vários tabuleiros” a pertença cultural. Esta “vantagem” tem, no entanto, também desvantagens, que se revelam sob a forma de autênticas encruzilhadas identitárias, que podem coalescer em situações de dissonância cognitiva, em função das múltiplas referências envolvidas. O seguinte trecho, em que uma das nossas entrevistadas é questionada sobre o que é a identidade macaense, é revelador da encruzilhada que as identidades multiplamente referenciadas podem ocultar:

É difícil responder, (...) não sei explicar. É assim, muita gente pergunta mas eu não consigo encontrar palavras para descrever. Porque é assim, Macaense para mim... em Macau praticamente não sou considerada como uma pessoa que nasceu lá porque os chineses olham para mim, com os traços que eu tenho na cara e não me consideram como Macaense, como uma pessoa que nasceu lá, que tem as raízes lá. Cá em Portugal, tenho nacionalidade Portuguesa e não sou considerada como Portuguesa. Perguntam sempre: “nascestes em Macau e tens nacionalidade Portuguesa?”. Então aquilo foi um território Português, não é?... sinto-me assim um bocado desorientada, não sei se sou Chinesa, se sou Macaense, se sou Portuguesa, o que é que sou... (PE23: 61: 69)

Outro aspecto importante para a construção das identidades é a história. Este é um dos elementos que mais contribui, consideramos nós, para a formação das identidades nacionais ou étnicas, regionais ou locais e, por isso, para a estruturação das identidades ao nível macro, i. e., da afirmação de identidades colectivas, constituindo o cimento que concede o carácter de perenidade necessário aos processos identitários.

Consideramos que as memórias históricas desempenham, também, ao nível micro do indivíduo, um papel relevante. A noção de *habitus* de Pierre Bourdieu dá bem conta da importância das memórias partilhadas — um elemento importante nos processos de identidade, pois “põe em comum” —, da história vivida e incorporada no indivíduo, e da relação entre este processo e o processo de construção afectiva da pertença.

Arjun Appadurai chama porém a atenção para a necessidade de considerar os efeitos de globalização e a existência de uma matriz mais complexa, adaptada às

22 Bhabha refere-se a este tipo de processo de criação de culturas híbridas como um “terceiro espaço de enunciação” (Almeida 2000: 187).

realidades mais dinâmicas do que designa como identidades imaginadas veiculadas pelo poder dos *mass-media*, para a consideração do efeito do *habitus* sobre os indivíduos (Appadurai, 1996: 55; ver também Anderson, 2001).

O efeito unificador da história tem a ver com a partilha de um modo geral, mas com a partilha das dificuldades em particular — vejam-se, por exemplo, os casos de situações de guerra, em que se desenvolvem solidariedades e um forte sentido do “nós”. Será na construção da história que poderemos encontrar uma proto-identidade macaense, conforme podemos apreciar aquando dos diferentes acontecimentos históricos que são referidos pelos entrevistados, nomeadamente as referências à resistência da transferência de Macau para a soberania espanhola, durante o período da “união das coroas”, de 1580 a 1640, ou a resistência à invasão holandesa, durante o século XVII. Em primeiro lugar Macau como sendo o único território que durante o período histórico da dinastia dos Filipes manteve sempre hasteada a bandeira portuguesa:

Ninguém sabe quando Macau foi fundado (riso), naqueles tempos, como anteriormente tinha dito, que os portugueses se estabeleceram lá e também não se sabe quando se instalaram, bem tinham lá o Real Senado, bem a câmara de Macau, o senado já é outra história, o senado já é depois, o senado de Macau, os portugueses ficavam lá, administravam e faziam, ali era o centro do poder de Macau, naqueles tempos. Senado era um título que o rei Dom João IV deu a Macau, porque naqueles tempos, os Filipes que governavam Portugal, Macau nunca içou a bandeira Espanhola, por isso, depois da restauração que comemorámos há poucos dias (risos), bem já muita gente não sabe, é 1 de Dezembro, já nem se liga a isso. Há uma colónia portuguesa que nunca, acho que nunca hasteou a bandeira espanhola por isso acho que deu à cidade o nome de Deus, não há outra mais leal. (PE17: 98: 107)

Outro momento considerado importante para Macau foi o da tentativa de ocupação por parte dos holandeses.

... 24 de junho, dia de Macau, porque aquele dia é o dia determinante, se Macau existe desta maneira [foi] porque os Holandeses atacaram e acho que é a única vitória que Macau teve desde a sua história, em 1622. (PE17: 117: 119)

Mas, para além destas referências históricas, que se relacionam com momentos considerados vitais pelos macaenses, os entrevistados referem outros elementos vitais para a história de Macau e da construção da sua identidade: a importância do Leal Senado, a acção dos jesuítas, e uma referência histórica mais recente, o “conflito um, dois, três”, de 1966-67.

O mais importante... eu penso que houve dois, aliás três momentos muito importantes para a história de Macau... a chegada dos primeiros portugueses, e que cá ficaram... o segundo momento foi após os tumultos do um, dois, três... houve uma mudança no estilo de vida, houve um estilo de vida quando vieram os primeiros portugueses e que exerciam a soberania em Macau... o comportamento dos portugueses,

e dos macaenses também incluídos, não foi o mesmo depois do um, dois, três, e depois da transferência da soberania para a China... são três momentos muito importantes... eu senti mais esta última... no um dois, três eu era muito pequenina... (...) não compreendia muito eu sei que depois das pazes os portugueses tinham outro estilo de vida, já misturavam mais com os chineses. (ME23: 98: 105)

Estas realidades históricas terão sido a matéria que originou o “esboço” da identidade macaense, constrangida entre a sua própria sobrevivência e o distanciamento da presença oficial portuguesa. Mais tarde e em paralelo com um processo de consolidação da identidade macaense, o período colonialista português, com Ferreira do Amaral ou, ainda, os acontecimentos de 1966-67 e, depois, a revolução do 25 de Abril de 1974 e o processo de transição do território, são elementos que se reflectem de diversas formas nos referenciais identitários dos macaenses.

A história que se produz com referência a um território assume grande relevo para a afirmação das identidades sociais e, em particular, para a consubstanciação de uma identidade nacional. No entanto, na ausência de um território soberano, outras identidades são possíveis. Podem existir formas desterritorializadas de identidade, como acontece nas identidades étnicas ou religiosas, por exemplo, que podem existir sem referência a um território delimitado por fronteiras de um estado soberano. É o caso de certas diásporas — ver, por exemplo, o caso arménio (Tololyan, 2001).

O caso macaense apresenta várias configurações que, logicamente, resultam da sua relação particular entre território e história. Aqui a referência ao território é mediada pela referência à nacionalidade portuguesa — racionalizada sob a forma de uma pertença regionalizada, uma espécie de extensão territorial comparável a outras expressões regionais no continente (algarvio, alentejano ou açoriano, por exemplo) —, sendo que as manifestações de carácter nacionalista são muito vincadas nos entrevistados macaenses. Estas referências regionais são importantes instrumentos para integrar a diferença na totalidade nacional, funcionando como uma espécie de hierarquia das identidades em níveis de integração cada vez mais amplos: o facto de se poder dizer que ser alentejano, minhoto ou macaense implica um conjunto de marcadores próprios, e permite a um nível superior — a nação — construir o discurso da unidade na diversidade. Uma vez que todos temos de ter, nos nossos dias, uma nacionalidade, esta é racionalmente incorporada e tornada consonante com a identidade portuguesa. Esta é a forma admitida pela maioria dos entrevistados macaenses, que preferem enquadrar-se na identidade formal portuguesa. Não obstante, outras configurações são possíveis, conforme podemos constatar através da pertença a outras identidades formais disponíveis, nomeadamente à chinesa, que no decurso do processo de transição alguns macaenses adoptaram, a par da identidade étnica macaense que sentem como sua. A identificação nacional surge, assim, como uma adaptação pragmática.

É precisamente neste ponto que se centra o âmago da diferenciação entre identidade nacional e identidade étnica, pois todos os elementos estão presentes para a formação de uma identidade nacional, excepto o do território, que está sob soberania chinesa. Assim, consideramos que estamos perante uma identidade do

tipo étnico, com referência a um território de origem — Macau —, cuja soberania é agora chinesa. Esta peculiaridade contribuiu para a actual construção do que, nas palavras de Anthony Smith, se pode designar como uma identidade étnica sem nação, uma “etnonação” sem soberania territorial. Este facto é bem sentido nas afirmações de alguns entrevistados, que se sentem subtraídos à sua referência territorial ao ponto de se considerarem como “estrangeiros na própria terra”, apanhados em contra-pé pela deslocação das fronteiras

... quando digo que sinto estrangeira na minha terra, é como se me sentisse macaense na diáspora, cada vez mais estou a alimentar muitas coisas na minha casa, por exemplo aqui há dias levei o meu filho a visitar o museu de Macau... eu acho que é fundamental, e enquanto eu puder ficar em Macau, transmitir isso tudo às crianças... (ME23: 386: 389)

De facto, a referência ao território sob soberania chinesa tem um efeito negativo nos macaenses, que sentem o receio de se diluir, por um lado, nas identidades de referência em presença, designadamente a chinesa, não obstante as possibilidades de mais-valias associadas ao capital de identidade no regime “um país, dois sistemas” e, por outro, e nos restantes casos, temem a diluição nas identidades dos países de acolhimento onde existem comunidades de macaenses. Este processo de atenuação ou mesmo de extinção dos referenciais que estruturam o “eu étnico” da comunidade é visto como uma perda que é sentida como uma perda pessoal intrínseca dos macaenses. O mesmo processo não se passa com o “eu nacional”, que se encontra sempre garantido por múltiplas possibilidades — de que os indivíduos em determinada circunstância se podem apropriar ou, ao contrário, que podem ser obrigados a adoptar.

Etnicidade e identidade: somos todos étnicos?

A ideia de que somos todos étnicos poderia não ser destituída de sentido, uma vez que todos partilhamos, de alguma forma, uma estrutura de identidade passível de ser referenciada a partir dos atributos de uma identidade étnica. Na realidade o epíteto étnico implica uma reflexividade por alteridade ao que não é étnico. E coloca-se a questão: o que é étnico e quem define o que é étnico e não o é? Esta dicotomia reflecte uma relação de poder, no sentido de quem define a pertença étnica. Por essa razão a relação que se estabelece entre etnicidade e minorias se produz de forma linear, reflectindo o reconhecimento político da existência de uma maioria à qual a(s) minoria(s) tem de se submeter.²³

Neste sentido, se fôssemos todos étnicos, não existiria termo de comparação, pelo que ninguém seria étnico. Um contra-senso que exige uma clarificação.

Consideramos que a designação de étnico é uma categoria política, que cristaliza uma relação de poder e, conseqüentemente, uma designação discriminatória,

23 Para aprofundar esta linha de orientação ver Vermeulen (2001).

positiva ou negativamente usada, por referência a uma maioria que supostamente se subtrai a esse atributo classificatório (mesmo que demograficamente não seja maioritária).²⁴

Consideramos então que os elementos que identificam uma dada categoria podem e devem ser apreendidos estruturalmente. Trata-se de marcadores construídos num processo de essencialização, protagonizado numa dinâmica demótica e instrumentista, por um lado, e por outro, socialmente construídos na confluência das lógicas primordialista (fortemente baseada nos marcadores históricos e de memória colectiva, numa espécie de etnogénesis, socialmente construída) e situacionista (que privilegia a fluidez e mutabilidade dos referenciais de identidade).

São pois os processos de essencialização das estruturas de identidade que determinam os atributos (legítimos) de pertença e enformam a construção de esquemas categoriais.²⁵ Estes processos podem assumir formas diversas na diacronia, com a incorporação de novos elementos resultantes da evolução histórica; também em termos sincrónicos, na medida em que, por exemplo, podem ser mais ou menos conjunturalmente protagonizados pelas elites e/ou grupos de influência; e ao nível intermédio, em que podem ser resultado da confluência das dinâmicas anteriores. Pode-se, assim, admitir que, variando os elementos estruturais, objecto de essencializações instrumentais, novas configurações de identidade tendem a emergir, embora partilhando e referenciando-se a elementos da estrutura comuns. Donde a assunção de que, relativamente a um dado tipo de identidade, podem surgir várias expressões passíveis de diferenciação. O problema reside então em determinar a partir de que momento se “sai” das fronteiras do que é ser classificado numa dada identidade. Assim, o “português” pode ser do Minho, da Venezuela ou da Califórnia, mas é visto como membro de um colectivo unido pela “voz do sangue”. É numa lógica semelhante que alguns dos nossos entrevistados se inserem quando referem que ser macaense é como ser alentejano ou açoriano. Mas à “voz do sangue” substituem a lógica do hibridismo. O que pretendemos com esta discussão é sustentar a ideia de que a classificação de uma comunidade pode ser multiplamente referenciada.

A escolha ou ênfase colocada em elementos particulares de referência é resultado de uma relação de forças política.

O problema que se levanta nestas circunstâncias é o da definição das fronteiras internas de um dado referencial identitário. Procurámos perceber se, quando nos referimos à comunidade macaense, se trata de facto de uma comunidade e, em segundo lugar, se existem clivagens internas significativas.²⁶

Um dos elementos que reflecte a existência de estratégias classistas no âmbito da organização social da população de Macau pode ser, precisamente, a história das suas origens. Como já foi referido, existem basicamente duas versões relativas

24 Brubaker reflecte sobre o carácter impositivo de certas categorias por parte do estado, nomeadamente no que concerne à aplicação de certas categorias na elaboração de censos estatísticos (Brubaker e outros, 2004: 33-34).

25 Sobre os aspectos da etnicidade e metodologia cognitiva, ver Dimaggio (1997), Brubaker (2002) e Brubaker e outros (2004).

à origem dos macaenses: uma que inclui a miscigenação com os chineses como uma prática que se desenvolveu desde os primórdios do estabelecimento dos portugueses em Macau; e uma outra, que afasta a ideia da existência dessa miscigenação até há relativamente pouco tempo, sendo que o garante da identidade era neste caso protagonizado pelas “famílias tradicionais”. Não pretendemos discutir estas versões, mas tão só aproveitá-las para mostrar a existência de um discurso racialmente referenciado, que estabelece uma diferenciação social, interna e externa, bastante forte. Ser macaense com traços fenotípicos asiático-chineses era objecto de discriminação social, ao passo que ser macaense de traços fenotípicos asiáticos não chineses — malaios, indianos, etc. — já não era visto como tão estigmatizante, e servia precisamente para “justificar” a presença de traços asiáticos, que assim se afirmava “não serem chineses”. Importa pois perceber como a identidade de classe contribuiu para a estruturação do grupo e do discurso identitário. Pina Cabral (2002: 166) refere um exemplo passado nos anos 50 do século XX, envolvendo uma personalidade macaense de traços fenotípicos chineses, que atesta o peso que a classe social tem na estruturação do grupo étnico dos macaenses, revelando como o factor económico pode ser determinante para o processo de integração positiva.

Através desse exemplo podemos perceber que quem detinha o poder de determinar a aceitação no seio do núcleo de referência do grupo era a classe dominante, e que esta assentava em relações de cariz económico, mas também étnico, como podemos aperceber-nos pela seguinte afirmação:

Mais uma vez, e pelas mesmas razões, vão-se cada vez, pelas mesmas razões de classe, camadas de classes mais baixas, vão-se fundindo cada vez mais com a comunidade chinesa. Enquanto as outras vão mantendo uma tradição, um modo de vida ainda distinto, ainda que convivendo, com concessões voluntárias e por gosto. (ME4: 354: 359)

Se bem que, actualmente, esta realidade se tenha alterado, através de uma atenuação destas dicotomias raciais, em resultado do desenvolvimento social e do crescimento da importância da presença chinesa no território, e em particular na estruturação da classe dominante (sobretudo a partir do “conflito um, dois, três” e subsequentes acontecimentos político-sociais), ainda existem resquícios deste tipo de comportamentos que se mantêm, nomeadamente através dos processos de socialização. Este discurso velado e classista surge por vezes nas nossas entrevistas e reflecte a existência desses tipos de comportamento racialmente referenciados:

26 Constatámos que os referenciais distintivos dos macaenses de Macau e de Portugal apresentam poucas variações para além dos posicionamentos estratégicos já referidos, o que julgamos estar relacionado com o facto de apenas termos entrevistado pessoas com relativamente poucos anos de afastamento de Macau — que tinham saído no âmbito do processo de transição. Cremos, no entanto, que em Portugal existem pelo menos dois tipos de comunidades: uma, que corresponde aos que abandonaram Macau há alguns anos e que estão mais “diluídos” na sociedade portuguesa; e a outra que corresponde aos que só o fizeram mais recentemente e que mantêm ainda um discurso próximo dos que ficaram em Macau.

... talvez naquela altura todos sabemos que o que vinha da China eram pessoas de estratos inferiores, dessas redondezas e Macau, claro, os Chineses naturais de Macau têm já uma certa em termos de habilitações literárias, têm um certo grau, não é? Talvez por causa disto, do meu ponto de vista, não é? (ME5: 57: 60)

De qualquer das formas, o desenvolvimento económico e social e o efeito de geração têm atenuado esse tipo de construção intelectual, conforme se pode avaliar pela alteração nos padrões matrimoniais, que passaram a ser menos discriminatórios. Mas os reflexos ainda permanecem na memória colectiva e dos indivíduos, como se pode verificar pela omissão ou dissimulação da ascendência chinesa de alguns dos entrevistados.

Hibridismo: “o bom e o mau híbrido”

A palavra mistura é das mais referidas quando tratamos de perceber as origens dos macaenses. Se este termo não é tão carregado como o de híbrido ou mulato, por exemplo, ele não deixa de reflectir a ideia de impureza.²⁷ A sociedade macaense alimentou e sofreu este estigma nas relações sociais racializadas que se estabeleceram no território entre portugueses, macaenses e chineses. Mas se este foi um elemento que delimitou e enformou o relacionamento social pela negativa, ele é actualmente o capital de identidade que encerra a maior “vantagem” dos macaenses. É precisamente o facto de “serem uma mistura” que é hoje valorizado nos seus discursos. Desta forma possuem o que outros não possuem: a visão dos “dois lados”, permitindo-lhes um posicionamento “mais esclarecido” relativamente à vida social. Tal facto é observável nos discursos dos entrevistados que defendem o seu maior cosmopolitismo por referência, por exemplo, aos portugueses do continente que não seriam possuidores dessa vantagem de estar em dois mundos, dominar duas culturas, falar várias línguas, etc.

De facto, o hibridismo é um atributo auto-assumido pela maioria dos entrevistados, que se reflecte em praticamente todos os marcadores identitários. A identidade étnica reclamada reflecte esse hibridismo ao nível da língua, quer através do seu *patuá*, quer através do que designámos acima de crioulo moderno. O hibridismo está também presente na gastronomia macaense, uma mistura de vários contributos culinários de diversas proveniências, que é a expressão, tornada física, de que a diferença resultante da mistura que caracteriza os macaenses é um produto apreciado. A afirmação, em suma, de uma cultura híbrida é recorrente nos discursos dos entrevistados. Uma cultura própria que é um capital a manter, o que requer esforço, que é bem visível na acção associativa, através da dinamização de festas e convívios, de celebração dos eventos históricos ou da língua.

A natureza “híbrida” e esta recuperação dos traços, outrora negativamente avaliados, são hoje positiva e estrategicamente mobilizados para estabelecer uma

27 Para aprofundar este assunto, ver Miguel Vale de Almeida (2000), onde são abordadas as questões da raça, da cultura e da política de identidade.

mais-valia. Passamos do “mau híbrido” ao “bom híbrido”. Mas esta passagem não se faz de uma forma linear, como referimos. A existência de uma espécie de “esquecimento” das origens misturadas, em particular das chinesas, é ainda hoje um facto. No entanto, em certos sectores, não existe a negação da mistura *tout court*. Esta é enquadrada num outro referencial, o da mistura com os “povos euroasiáticos”. Vejamos a seguinte citação:

O macaense é um mestiço branco, é um mulato... é um mulato branco — se posso utilizar a expressão, não é? E devia ser um elemento enriquecedor do património nacional português (...) A música... a própria língua portuguesa seria enriquecida como o Brasileiro enriqueceu... E ao contrário da herança brasileira, de sermos... do brasileiro ser fruto... de cruzamentos Ibero-Afro-não sei o quê, Afro-americanos, não é?... E tem dado... o brasileiro acho que é bonito... é um branco bronzeado ou é um mulato esbranquiçado, não? Então toda a sua riqueza cultural... O macaense seria também um mestiço... está a ver? Mas com outras coordenadas geográficas e culturais (...) é cultura dos trópicos, é a cultura portuguesa rateada pela geografia, quer física quer de sabores, de sentires e da alma. Portanto, a cultura portuguesa de Goa ou do antigo... do antigamente Ceilão, hoje Sri-Lanka, onde Macau não é a mesma cultura portuguesa ibérica... Se tivermos em mente que sempre foi uma cultura hibridizada, por factores locais, eu julgo que a cultura macaense poderá ter continuidade. (ME8: 1428: 1431)

A relação entre a prática e o discurso revela que existe um encapotamento das referências identitárias chinesas que se vai, no entanto, desvanecendo com o passar do tempo, o que pode ser visto como uma adaptação às situações de mudança de identidade formal, que ocorrem dentro da comunidade. A descendência chinesa já não é vista como um traço estigmatizante; ao contrário, é recuperada como uma eventual mais-valia.

O macaense pode ter a sua mais-valia na sua componente linguística, a nível do turismo... no comércio, pela sua componente linguística e também a sua componente de miscigenação cultural... ocidental e chinesa... (E10: 670: 672)

O “bom selvagem” ou o racismo científico do século XIX são reflexo dos efeitos que pode produzir na sociedade um certo discurso académico. Actualmente, o sentido da produção académica aponta para a eliminação das posturas racistas e da estratificação da diferença (ver, por exemplo, Dimaggio, 1997; Brubaker, 2002; e Brubaker e outros, 2004).

Mas, no caso de Macau, a referência à “etnia chinesa” como elemento constitutivo da identidade macaense adquire hoje contornos particulares. O multiculturalismo desempenha, aqui, um papel fundamental, funcionando como respaldo científico e institucional para a emergência de uma visão mais aberta perante a diversidade, uma visão que confere virtualidades centrais aos processos de hibridação.

Este processo de tomada de consciência está associado ao discurso político de afirmação da especificidade dos macaenses no contexto da ideia de “um país, dois sistemas” — que dá sentido à afirmação e negociação das pertenças múltiplas. O esforço de recuperação das comunidades emigradas e a afirmação do seu peso

externo e interno é, também, de sublinhar; trata-se de um processo no qual as associações desempenham um papel crucial. Talvez mesmo a única forma de ganhar expressão, por enquanto, seja o “alargamento” das fronteiras identitárias para fora do território, por forma a ganhar peso negocial no contexto de uma clara maioria chinesa. A construção da etnicidade surgiria, assim, como um elemento de afirmação na esfera política e como forma de ganhar um maior apoio num contexto em que o capital de portugalidade perde o seu peso institucional. Donde a “cedência” poder ser encarada como uma “troca vantajosa”.

No fundo, trata-se de uma orientação dinâmica no que concerne ao valor atribuído a cada um dos marcadores culturais que dão sentido às identificações subjetivas, por um lado, e, por outro, de uma estratégia situacional que “alarga” os marcadores identitários, quebrando ou alterando os padrões que subjazem à sua afirmação, num processo de construção e reconstrução social, mantendo-se o fundamental — ser macaense — como a referência imutável.

Pelo que devemos considerar, a partir do caso de Macau, que as alterações que possam advir de grandes mudanças podem, ao contrário de extinguir uma dada estrutura identitária, contribuir para a sua redefinição e/ou renovação à luz das novas racionalizações ou instrumentalizações.

Apontamentos conclusivos

Procedemos agora a uma síntese dos aspectos que consideramos importante sublinhar. Desde logo a confirmação de que as identidades sociais não são estáticas, nem inertes e que a sua génese não é linear. Esta afirmação é correspondente com a situação de Macau de forma tanto mais evidente quanto, no preciso momento em que a identidade macaense parecia prestes a soçobrar, renasce com um novo vigor, celebrando o hibridismo como forma superior de cosmopolitismo.

O estudo da identidade étnica macaense permitiu-nos constatar o carácter de perenidade das identidades, concedido pelo peso estruturador da história, por um lado, e, por outro, observar como o processo de essencialização das dimensões identitárias relevantes se constrói, destrói e reconstrói de forma bastante plástica — e estratégica.

Foi possível constatar que, se este é um processo construído e portanto não inato, é no entanto a base sobre a qual os indivíduos assentam as suas referências, dando sentido à sua posição no mundo

A capacidade de negociar o *status quo* social, económico, político, cultural e religioso, mobilizando o capital de identidade construído e presente em todas essas dimensões, é determinante para o estabelecimento de fronteiras identitárias. É esta capacidade de negociar a diferença e de enquadrar na estrutura social que está na base do esforço de limitação dos conflitos sociais. Os ajustamentos e as eventuais “cedências” operaram-se de parte a parte, num processo de relacionamento social com reflexos variáveis nas estruturas de poder. A racionalização da diferença respalda-se em essencializações diversas que valorizam este ou aquele traço de diferenciação. O facto de essa diferenciação reflectir uma avaliação

positiva ou negativa decorre das relações de poder que os actores envolvidos, numa relação de alteridade, conseguem consagrar.

Somos de opinião que enquanto houver Macau haverá macaenses. Consideramos que a transferência da soberania pode, ao contrário de ser uma ameaça de diluição, transformar-se numa oportunidade para afirmar e cimentar o capital de identidade. Por outro lado, o processo de construção da etnicidade macaense, projectada na diáspora e na lusofonia, e sustentada na ideia de segundo sistema, parece ser o suporte mais evidente do processo de (re)construção da identidade macaense.

A questão é saber durante quanto tempo a nova estrutura de poder em Macau se irá manter, por um lado, e, por outro, durante quanto tempo a “mais-valia” dos macaenses se manterá como um elemento negocial com peso na nova configuração *post-transição*.

Este artigo contou com diversos contributos que quero desde já agradecer. Em primeiro lugar, agradeço ao professor João de Pina Cabral as observações que, na qualidade de arguente da tese de dissertação de mestrado, lhe aprovou fazer e que muito contribuíram para o melhoramento deste trabalho. Estendo os mesmos agradecimentos aos avaliadores anónimos, cujas observações permitiram novas reflexões que tomei em consideração. Agradeço, também, ao professor Rui Loureiro e ao dr. Jin Guo Ping o apoio e as sugestões que me foram dadas, em particular no âmbito da historiografia de Macau. Este artigo contou, também, com os contributos inestimáveis dos membros do SociNova/Migration, em particular da professora Maria Margarida Marques, que permitiram uma reflexão e discussão dos seus principais pressupostos. Acresce agradecer, igualmente, a quem tornou possível o presente trabalho, designadamente à Fundação Jorge Álvares e ao dr. Manuel Coelho da Silva pelo apoio, pelas ideias e estímulo que sempre manifestaram. Agradeço, ainda, aos colaboradores e entrevistados em Portugal e em Macau; este trabalho é também para eles.

Referências bibliográficas

Livros e artigos científicos

- Alexandre, Valentim (org.) (2000), *O Império Africano: Século XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri.
- Almeida, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política de Identidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Alves, Jorge Manuel (2000), *Um Porto entre Dois Impérios: Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, Lisboa, Instituto Português do Oriente.
- Amaro, Ana Maria (1994), “Filhos da Terra”, *Revista de Macau*, n.º 20, II série, Macau, pp. 17.
- Anderson, Benedict (2001), “Imagined communities”, em Vincent P. Pecora (org.), *Nations and Identities*, Grã Bretanha, Blackwel Publishers, pp. 309-317.
- Appadurai, Arjun (1996), “Modernity at large: cultural dimensions of globalization”, *Public Worlds*, vol. 1, Londres, University of Minnesota Press.

- Bettencourt, Francisco, e Kirti Chaudhuri (orgs.) (1998), *A História da Expansão Portuguesa*, col. temas e debates, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Edições Difel.
- Boxer, Charles (1969, 2001), *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições Teorema.
- Brubaker, Rogers (2002), "Ethnicity without groups", *Arch. Europ. Sociol.*, XLIII, pp. 163-189.
- Brubaker, Rogers, M. Loveman, e P. Stamatov (2004), "Ethnicity as cognition", *Theory and Society*, 33, pp. 31-6.
- Cabral, João de Pina, e Nelson Lourenço (1993), *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Cabral, João de Pina (2002), *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*, Londres e Nova Iorque, Continuum.
- Castelo, Cláudia (1999), *O Modo Português de Estar no Mundo: Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.
- Clarence-Smith, Gervaise (1985), *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema.
- Costa, Francisco Lima (2002), "O contributo das associações para a migração: o caso da comunidade chinesa em Portugal", *Revista da Administração Pública de Macau*, XV (56-2), pp. 667-689.
- Delachampagne, Christian (2000), *Une Histoire du Racisme*, Paris, Librairie Générale Française.
- Dimaggio, Paul (1997), "Culture and cognition", *Annual Review of Sociology*, 23, pp. 263-288.
- Fok, K. C. (1997), *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, Lisboa, Gradiva.
- Guoqiang, Zhao (1999), *ABC da Lei Básica da Região Administrativa Especial*, China/Macau, Intercontinental Press.
- Hobsbawm, Eric (1998), *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar.
- Kastoryano, Riva (2002), "Citizenship and belonging: beyond blood and soil", em Hedetoft Ulf e Mette Hjort (orgs.), *The Postnational Self*, Minneapolis, Londres, University of Minnesota Press, pp. 120-136.
- Lamont, Michèle, e Marcel Fournier (1992), *Cultivating Differences: Symbolic Boundaries and the Making of Inequality*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 1-17.
- Maalouf, Amin (2002), *As Identidades Assassinas*, Lisboa, Difel.
- Marques, Margarida, Nuno Dias, e José Mapril (no prelo), "Le 'retour des caravelles' et la Lusophonie: de l'exclusion des immigrés à l'inclusion des lusophones?", em Evelyne Ritaine (org.), *Politiques de l'Étranger: L'Europe du Sud face à l'Immigration* (título provisório).
- Ping, Jin Guo (2002), "Da Xi Yang Guo: o reino do Grande Mar do Ocidente", *Daxiyannguo — Revista de Estudos Asiáticos*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto do Oriente, 1 (1), pp. 6-31.
- Ping, Jin Guo, e Wu Zhiliang (2003), "Tentativas de uma nova abordagem às origens históricas da presença portuguesa em Macau", *Review of Culture*, (6), Macau, pp. 70-111.

- Russell-Wood, A. J. (1998), "A sociedade portuguesa no ultramar", em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, pp. 266-281.
- Santos, Boaventura de Sousa, e Conceição Gomes (1998), *Macau: O Pequeníssimo Dragão*, Porto, Afrontamento.
- Smith, Anthony (1997), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Subrahmanyam, Sanjay (1994), *Comércio e Conflito: A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700*, Lisboa, Edições 70 (1.ª ed. inglesa, 1990).
- Subrahmanyam, Sanjay (1995), *O Império Asiático Português 1500-1700: Uma História Política e Económica*, Lisboa, Edições 70, (1.ª ed. inglesa, 1993).
- Teixeira, monsenhor Manuel (1994), "Os macaenses", *Revista de Cultura*, 20 (II série), Macau, pp. 61-96.
- Thiesse, Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.
- Thomaz, Luís Filipe (1998), "Introdução", em *História dos Portugueses no Extremo-Oriente*, 1 (1), Lisboa, Fundação Oriente, pp. 13-121.
- Vermeulen, Hans (2001), *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, col. SociNova.
- Zhiliang, Wu (1999), *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau.

Documento electrónico

- Tololyan, Khachig (2001), *Elites and Institutions in the Armenian Transnation*, www.transcomm.ox.ac.uk (Julho, 2003).

Francisco Lima da Costa. Professor equiparado a assistente do Instituto Politécnico de Tomar. Doutorando na FCSH-UNL e investigador associado do SociNova/Migrações. *Email*: Francisco.costa@fcsch.unl.pt

Resumo/abstract/résumé/resumen

Fronteiras da identidade: o caso dos macaenses em Portugal e em Macau

Globalização, cosmopolitismo e identidade são palavras-chave para compreender o mundo contemporâneo. Aparentemente contraditórias, são, na verdade, complementares. Neste artigo, a reescrita da história de Macau e a natureza contextual da identidade serão discutidas. Analisaremos o processo de etnicização da identidade macaense e a forma como se conjuga e negocia a sua inclusão simultânea no espaço linguístico da lusofonia e no espaço político da fórmula chinesa de "um país dois sistemas". Os reflexos destas opções na reconfiguração das referências identitárias dos macaenses serão alvo de análise.

Palavras-chave Processos identitários, hibridismo, etnicidade e macaenses.

The frontiers of identity: the case of the Macanese in Portugal and Macao

Globalization, cosmopolitanism and identity are key-words to understanding the contemporary world. Though apparently contradictory, they are, in fact, complementary. This article discusses the re-writing of the history of Macao and the contextual nature of identity. We shall analyze the ethnicization process of the Macanese identity and the way in which its inclusion in both the Portuguese-speaking linguistic area and the political area with the Chinese formula of “one country, two systems” is co-ordinated and negotiated. A target of analysis will be the repercussions of these options on the recasting of reference points of Macanese identity.

Key-words Identity processes, hybridism, ethnicity and Macanese.

Les frontières de l'identité: le cas des citoyens de Macao au Portugal et dans leur pays

Mondialisation, cosmopolitisme et identité sont les mots-clés qui permettent de comprendre le monde contemporain. Apparemment contradictoires, ils sont en fait complémentaires. Cet article aborde la réécriture de l'histoire de Macao et la nature contextuelle de l'identité. Il analyse le processus d'ethnicisation de l'identité *macaense* et la manière dont se conjugue et se négocie son inclusion simultanée dans l'espace linguistique de la lusophonie et dans l'espace politique de la formule chinoise “un pays, deux systèmes”. L'impact de ces options sur la reconfiguration des repères identitaires des citoyens de Macao est également analysé.

Mots-clés Processus identitaires, hybridisme, ethnicité et *macaenses*.

Fronteras de la identidad: el caso de los macaenses en Portugal y en Macao

Globalización, cosmopolitismo e identidad son palabras-clave para comprender el mundo contemporáneo. Aparentemente contradictorias, son, en verdad, complementarias. En este artículo, la re-escritura de la historia de Macao y la naturaleza contextual de la identidad serán discutidas. Analizaremos el proceso de etnización de la identidad *macaense* y la forma como se conjuga y negocia su inclusión simultánea en el espacio lingüístico de la lusofonía y en el espacio político de la fórmula china de “un país dos sistemas”. Los reflejos de estas opciones en la reconfiguración de las referencias de identidad de los *macaenses*, serán objeto de análisis.

Palabras-clave Procesos identitarios, hibridismo, etnicidad y *macaenses*.